

Desde a descoberta da penicilina que os medicamentos antimicrobianos chamados antibióticos (o mais correto seria de chamar-lhes antibacterianos) nunca mais deixaram de ser aperfeiçoados. Eles desempenham um papel imprescindível e inigualável no combate às infecções provocadas por bactérias e, conforme o modo como atuam nestas, são agrupados por classes.

Apesar da sua eficácia e da sua utilidade no combate contra as muitas infecções provocadas por estes micro-organismos, eles devem ser usados com toda a prudência não só pelos efeitos acessórios indesejáveis que podem ter, como também pelo perigo de o seu uso indiscriminado os poder vir a tornar ineficazes, ao induzirem resistências nas bactérias para os quais são destinados combater.

Por estas razões a sua utilização deve ser criteriosa e evitado o seu uso indiscriminado. Eles devem apenas ser administrados quando estritamente necessários, utilizando o da classe mais eficaz e, o mais possível, direcionado contra o micro-organismo causador da infecção. Todos os antibióticos são fortes desde que se cumpram os critérios de utilização e por isso não se devem designar de fortes ou fracos, linguagem que não se deve usar.

A grande maioria das doenças infecciosas infantis, com ou sem febre, são provocadas por vírus, contra os quais os antibióticos não têm qualquer eficácia. Por esta é razão um erro querer tratar todas as doenças infecciosas com este grupo de fármacos.

É também preciso ter a noção de que os antibióticos não são antipiréticos (não baixam a febre) pelo que não devem ser utilizados só porque esta está presente.

Uns antibióticos mais do que outros, têm efeitos acessórios e indesejáveis, podendo provocar alterações na pele (exantemas), insuficiência renal (toxicidade renal), surdez (toxicidade otológica), anemias ou outras doenças do sangue (toxicidade hematológica), diarreias (toxicidade gastrointestinal), alteração da coloração dentária, etc...

Portugal é dos países em que se consomem mais antibióticos, quer seja ainda por automedicação, quer também por falta de critérios na sua prescrição. Isto acaba por ser um grave problema de saúde pública que deve ser combatido. É muito frequente ver que uma criança, que é levada a uma urgência hospitalar muitas vezes até sem febre, sai de lá medicada com um antibiótico, contrariando todos os critérios recomendados para a sua prescrição. O antibiótico nunca deve ser a primeira arma, e muito menos a utilizada no início de uma doença, que não tenha ainda um quadro perfeitamente estabelecido. Depois de se começar um antibiótico torna-se mais difícil para quem segue a criança fazer a sua suspensão.

Poucas são as doenças infecciosas das crianças, que necessitam ou que beneficiam de ser tratadas com antibióticos. Primeiro porque a maioria destas doenças das crianças são de causa viral e depois, mesmo as que têm origem bacteriana são geralmente autolimitadas, com capacidade de se resolver espontaneamente, em poucos dias, numa criança previamente saudável e sem déficas da sua imunidade.

Sendo os antibióticos uma arma tão boa e tão eficaz, não deve ser desperdiçada e usada indiscriminadamente. Não se usa uma granada para fazer tiro ao alvo, pois esta destrói não só o alvo, como também tudo o que o rodeia. Para este fim deve utilizar-se a munição que esteja de acordo com o tamanho do alvo e para a precisão de tiro que se deseja. É também assim com os antibióticos. Ao usar um antibiótico desajustado pode também destruir as "bactérias boas" que nos são úteis, dando espaço ao desenvolvimento de bactérias prejudiciais. Além disso o custo de fazer antibiótico também não deve ser subestimado.

Os antibióticos devem utilizar-se em situações particulares e específicas, bem definidas, incluindo geralmente as doenças febris com sinais de infecção focal ou sistémicos que se prolongam.

A sua prescrição em ambulatório deveria idealmente ser precedida de isolamento e identificação do micro-organismo em causa, mas são evidentes as dificuldades de fazer análises rápidas "de cabeceira". Por esta razão a prescrição é a maioria das vezes empírica, tendo em conta a clínica e a probabilidade da bactéria mais frequente.

Na farmácia, para a dispensa de um antibiótico é necessária receita médica, não sendo a sua venda livre.

Perante tudo isto e numa doença que se admite ser de causa bacteriana depois de havido o cuidado de excluir as outras causas prováveis, os antibióticos têm ou não interesse e devem ou não ser usados ?

Claro que têm interesse e o seu uso tem todo o cabimento. É impensável hoje em dia viver sem estes medicamentos. Contudo para a sua prescrição é preciso ter um diagnóstico correto que cabe apenas ao médico fazê-lo, e este ao prescrever um antibiótico deve ter em mente as várias classes disponíveis e escolher aquele que mais se adequa à situação.

Como critérios de escolha deve incluir-se o que tenha o espectro de atuação mais estreito possível, que seja eficaz contra o micro-organismo que se suspeita estar em causa (evitar sempre os espectro mais alargado), deve ser o que provoca menos efeitos acessórios indesejáveis, o que tiver a via de administração mais adequada à idade da criança, o que proporcionar melhor adesão ao tratamento completo (a suspensão precoce perante a melhoria aparente pode ser causa de seleção de bactérias resistentes), o que tiver o melhor horário de administração, aquele que possa ser dado com menos tomas diárias possível e, se for dado por via oral, o que tenha o melhor sabor.

Na presença de um quadro sugestivo de uma infeção urinária deve sempre ser colhida, uma amostra asséptica de urina antes de iniciar a toma de um antibiótico, de modo a fazer um correto diagnóstico e a possibilitar mais tarde o melhor ajuste possível do tratamento.

Por vezes há situações, como no caso de portadores de doenças malformativas do coração, que necessitem de ser sujeitos a determinadas intervenções cirúrgicas, ou aquelas crianças que tiveram contacto recente e próximo com portadores de determinadas doenças, que se justifica fazer a administração excecional de um antibiótico de um modo profilático. Este é também o caso de doentes com malformações renais para evitar o risco de infeções graves. Todas estas situações são bem tipificadas quer na escolha do antibiótico a usar, quer no tempo e duração da sua administração